

Outro **TEMPO**

BOLETIM INFORMATIVO DO MANDATO DO DEPUTADO FEDERAL DR. ROSINHA PT-PR • DEZEMBRO DE 2011

EDITORIAL

Aprofundar as mudanças em direção a um Brasil mais democrático e igualitário

Após anos de pilhagem do Estado, da privatização Tucana e do sucateamento do setor público, o governo Lula resgatou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, recuperou o planejamento governamental e fortaleceu o poder público.

Ao contrário de FHC, Lula não perseguiu os movimentos sociais. Priorizou os mais pobres e inseriu o Brasil de forma soberana no cenário mundial. Com três vitórias seguidas contra as forças neoliberais, o PT consolida a sua condição histórica de principal expressão das grandes tradições de luta do povo brasileiro.

A eleição de Dilma é a chance de não apenas darmos continuidade, mas de aprofundarmos as mudanças iniciadas por Lula, em direção a um Brasil mais democrático e igualitário.

Não são poucos, porém, os obstáculos: a crise internacional do capitalismo, a influência do pensamento conservador nos meios de comunicação e no sistema político brasileiro, a influência que a especulação financeira segue tendo sobre a economia nacional.

Mesmo com todas as limitações impostas pelas correlações de forças adversas no plano internacional, institucional, midiático e econômico, o governo Lula foi capaz de construir mudanças qualitativas no Estado brasileiro.

No entanto, a natureza liberal do Estado brasileiro e a correlação de forças sociais, favorável às classes dominantes, se mantêm. Para além das vitórias eleitorais, dos conselhos e outros espaços de diálogo, precisamos construir de fato uma revolução democrática.

E, para tanto, o partido precisa de nitidez política, precisa saber distinguir a sua própria posição dentro do conjunto do governo, formado por uma coalizão de partidos.

Nosso mandato e o PT devem empunhar bandeiras como a da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, do combate ao trabalho escravo, da reforma política, da revisão dos índices de produtividade como mecanismo de fortalecimento da reforma agrária, da implantação de um marco regulatório democrático das comunicações, enfim, da redução das desigualdades.

Levar o governo Dilma cada vez mais à esquerda, ampliar o ritmo da redistribuição de renda, reforçar o caráter socialista do projeto do PT estão entre os nossos compromissos prioritários.

Dr. Rosinha 
DEPUTADO FEDERAL

EXPEDIENTE: Informativo do mandato do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) - Dezembro de 2011 | Jornalista responsável: Fernando César de Oliveira (reg. prof. 5651/PR) | Tiragem: 20 mil exemplares
Escritório Paraná (NOVO ENDEREÇO): R. Des. Ermelino de Leão, 484, 80410-230 Curitiba (41) 3232-7548 • Gabinete Brasília: Câmara dos Deputados, Anexo 3, gabinete 474, (61) 3215-3474



[facebook.com/DoutorRosinha13](https://www.facebook.com/DoutorRosinha13)



twitter.com/DrRosinha



DoutorRosinha.com.br

Mandato teve ação decisiva no adiamento do acordo de patentes entre Brasil e EUA

O mandato do deputado Dr. Rosinha teve participação decisiva na decisão do governo Dilma de não assinar um acordo na área de patentes com os Estados Unidos. A assinatura do acordo havia sido anunciada antes da visita de Barack Obama ao Brasil, em março de 2011, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Nosso mandato imediatamente enviou ofícios aos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República), Antônio Patriota (Relações Exteriores), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia), Fernando Pimentel (Desenvolvimento) e Alexandre Padilha (Saúde).

“Acordos desta natureza, entre países de legislação e níveis de desenvolvimento diferentes, como é o caso dos EUA e Brasil, têm reflexo direto na manutenção de desigualdades, pagamento de royalties e no aumento dos preços de medicamentos”, dizia o ofício. “Como defensores da soberania nacional, do direito à saúde e ao acesso a medicamentos para o povo brasileiro é que solicito que não seja assinado tal acordo.”

Na mesma semana, a presidenta Dilma Rousseff se reuniu com os ministros e decidiu pela não assinatura do acordo. Dias depois, o governo divulgaria a necessidade de aprofundar a discussão sobre o tema e o adiamento da assinatura do acordo de patentes.

O que estava em jogo

O acordo seria assinado entre o INPI e o escritório congênere dos Estados Unidos (USPTO). Segundo o INPI, o Brasil ingressaria no programa Patent Prosecution Highway (PPH) e evitaria a duplicidade de trabalho dos escritórios dos dois países no que se refere à concessão de patentes.

Já o grupo de trabalho sobre propriedade intelectual da Rede Brasileira de Integração dos Povos (GTPI/Rebrip) alertou que a qualidade do exame de patentes cairia no país. Cerca de 30% dos depósitos que acontecem no Brasil vêm dos Estados Unidos. O país receberia muito mais pedidos de PPH do que o contrário.

Na avaliação do GTPI, os examinadores do INPI seriam pressionados a seguir o exame feito nos Estados Unidos. “Quanto mais patentes estrangeiras a gente tem, mais refêem a gente fica das empresas internacionais”.

“Sob o pretexto de reduzir o tempo de análise de patentes americanas no Brasil e vice-versa, esse acordo traz mais prejuízos do que benefícios para a sociedade brasileira, além de ter sido negociado sem a participação desta”, afirmou em nota o GTPI.

O acordo afetaria a qualidade do exame no Brasil e a autonomia dos examinadores brasileiros, além de favorecer empresas americanas.



Remédio anti-aids Efavirenz (Merck), cuja patente o Brasil quebrou em maio de 2007

Patentes encarecem os medicamentos

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu em junho de 2011 uma audiência pública sobre patentes de medicamentos. A patente impede que, por 20 anos, pessoas ou empresas copiem e vendam uma invenção registrada no INPI.

Ao mesmo tempo, o registro torna o produto mais caro. Dr. Rosinha citou o caso de um antiagregante plaquetário, o Bissulfato de Copidogre, usado no tratamento e prevenção da trombose arterial, antes e depois da quebra da patente. “O medicamento, que custava no mercado R\$ 172, hoje custa R\$ 48. Por 20 anos, esses laboratórios ficam sugando a nossa economia graças a esse registro”, criticou.

Entre os pontos polêmicos está a divisão de papéis entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Nosso mandato defende ainda que o Congresso acompanhe a discussão sobre a quebra das patentes *pipeline* de 218 medicamentos. As patentes *pipeline*, criadas pelo governo FHC na década de 90, deram reconhecimento automático a patentes concedidas no exterior sobre produtos farmacêuticos e alimentícios, entre outros, que já eram comercializados no Brasil.

Tramita desde 2009 no STF uma ação de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República contra esse tipo de patente, por permitir o monopólio de produtos e medicamentos que já seriam de domínio público. A falta de concorrência eleva o preço dos remédios.



Por impedir a produção de genéricos, as patentes tornam os preços dos medicamentos mais caros

Dr. Rosinha entre os dez melhores deputados do país



Dr. Rosinha, em comissão da Câmara dos Deputados

A edição 2011 do Prêmio Congresso em Foco colocou Dr. Rosinha em nono lugar na lista dos melhores deputados federais do país. Em outra categoria, a de parlamentar que mais se destaca na defesa da saúde, Rosinha ficou em segundo lugar, atrás apenas do senador Paulo Paim (PT-RS), o que faz do paranaense o deputado de maior relevância na área.

Dr. Rosinha foi o único paranaense entre os finalistas, que posteriormente foram submetidos à votação aberta via internet. Na eleição de melhor deputado, concorreram 25 parlamentares, selecionados por 267 jornalistas que cobrem o Congresso.

Foi a quarta vez consecutiva, desde 2008, que Dr. Rosinha é citado pelo prêmio, cujo objetivo é valorizar o trabalho dos parlamentares que se destacam no cumprimento de seus mandatos.

“Muitas vezes sou levemente acusado de ser o deputado que mais viaja para o exterior. Mas esse prêmio prova que o nosso mandato, além de ser referência em relações

internacionais, também é referência em outras áreas”, enfatiza Dr. Rosinha.

Pela 6ª vez entre os mais atuantes

Em 2011, Dr. Rosinha também apareceu pela sexta vez na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

A equipe do Diap entrevista parlamentares, jornalistas, cientistas e analistas políticos. Também analisa atividades profissionais, vínculos com organizações, formação e vida acadêmica, além de pronunciamentos, projetos e os resultados de votações e intervenções nos debates do Legislativo.

Para o Diap, Dr. Rosinha é destaque como “debatedor”, um parlamentar capaz de exercer real influência na agenda prioritária e na dinâmica do Congresso.

O reconhecimento ao mandato do deputado acontece apesar de, em 2011, Dr. Rosinha ter sido submetido a uma cirurgia na coluna que o tirou da ativa durante todo o mês de agosto.

1ª ELEIÇÃO DIRETA

Em 2014, brasileiros elegerão parlamentares do Mercosul

As primeiras eleições diretas para os representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul (Parlasul) devem acontecer em outubro de 2014.

O projeto de lei 5279/2009 foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores, em abril, e pela Comissão de Constituição e Justiça, em novembro.

Relator da proposta e responsável pela redação final do texto, Dr. Rosinha conseguiu construir um consenso entre todos os partidos do Congresso.

A bancada brasileira no Parlasul terá 74 deputados, eleitos através de listas partidárias. Essas listas deverão ter alternância entre homens e mulheres. Os cinco primeiros nomes também devem conter candidatos de cada uma das cinco regiões do país. O mesmo vale para o grupo do sexto ao décimo nome.



O parlamentar petista, em Foz do Iguaçu, durante a 40ª Cúpula do Mercosul (16.dez.2010)

A eleição terá espaço no rádio e na tevê, durante o horário eleitoral gratuito. Nos seis meses que antecedem a eleição, haverá ainda publicidade institucional para esclarecer a população sobre o caráter do Parlamento e da própria eleição.

O financiamento das campanhas será exclusivamente público, o que, como

a lista partidária fechada, servirá como experiência para a reforma política em debate no Congresso Nacional.

Pelo trabalho realizado de forma competente há cerca de uma década, Rosinha tornou-se uma referência para os debates sobre relações internacionais no poder Legislativo.

Projeto do mandato que restringe pulverização vai a plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em outubro o projeto 740/2003, de Dr. Rosinha, que prevê novas regras para a aplicação de agrotóxicos por aeronaves.

Conforme a proposta, os agrotóxicos só poderão ser aplicados por via aérea se o desvio do produto para áreas próximas não causar dano a plantações, animais terrestres ou aquáticos, áreas de proteção ambiental ou de preservação permanente e à saúde da população.

O projeto também proíbe a aplicação aérea de agrotóxicos que tenham em sua composição química o ácido 2,4-D (diclorofenoacético). Há indícios de que o produto seja cancerígeno.

O relator na CCJ, deputado Vilson Covatti (PP-RS), havia apresentado um parecer contrário à proposta. No entanto, esse parecer foi derrotado após um longo debate na comissão.

“Com esse projeto, temos mais um instrumento legal no controle da devastação ambiental e no cuidado à saúde

do trabalhador”, argumenta Rosinha, lembrando que o 2,4-D também causa o desfolhamento de árvores em áreas de floresta. O agrotóxico, conhecido como agente laranja, foi inclusive usado pelos americanos na Guerra do Vietnã, para localizar soldados vietnamitas.

“Está muito claro que o uso, sem restrição, de aviões para pulverizar lavouras representa um risco para a saúde do trabalhador, para o meio ambiente e para as propriedades vizinhas”, enfatiza Dr. Rosinha. “Minha proposta não prejudica os agricultores. A mudança que proponho à Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) apenas estabelece critérios para a utilização.”

Tramitação

Duas comissões tiveram pareceres divergentes sobre a proposta. A Comissão de Agricultura aprovou o projeto sem a proibição do ácido 2,4-D. Já a de Meio Ambiente decidiu que a proibição é essencial. Por essa razão, o projeto, que tramitava em caráter conclusivo, ainda será analisado pelo plenário.

Campanha nacional

Foi lançada em 2011 a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O Brasil é o país do mundo que mais consome agrotóxicos: 5,2 litros ao ano por habitante. Muitos desses pesticidas que consumimos estão proibidos em quase todo mundo pelo risco que representam à saúde pública.

O perigo é tanto para os trabalhadores, que manipulam os venenos, quanto para os cidadãos, que consomem os produtos agrícolas. Só quem lucra são as transnacionais que fabricam os agrotóxicos.

Parte da campanha, o documentário “O veneno está na mesa”, do cineasta brasileiro Silvio Tendler. É um filme que merece ser visto por todos. Está disponível no YouTube, dividido em quatro partes.

Agrotóxico é usado para o desmate na Amazônia

Dr. Rosinha denunciou na tribuna da Câmara o uso do agrotóxico 2,4 D no desmatamento de grandes áreas na floresta amazônica. O herbicida utilizado, o Tordon 2,4 D (conhecido como “agente laranja”), tem a propriedade de provocar o desfolhamento das árvores e foi utilizado no Vietnã pelos Estados Unidos. O desmatamento através do uso de agrotóxicos facilita o trabalho de derrubada de árvores e as áreas devastadas acabam virando pasto para a criação de gado.

Em relação ao produto, contra o qual há indícios de que seja cancerígeno, antes do projeto 740/2003, o nosso mandato também apresentou o projeto 713/1999, que propõe a proibição de agrotóxico que tenha o 2,4-D como componente. “Os projetos tramitam lentamente, enfrentando o lobby da indústria química. Se tivessem sido aprovados, teríamos mais um instrumento legal no controle da devastação ambiental e no cuidado à saúde”, lamentou Rosinha.

O Ibama identificou em meados de 2011 uma área desmatada equivalente a 180 campos de futebol, no sul do Amazonas. O órgão apreendeu quatro toneladas de agrotóxicos que seriam utilizados para desmatar 3 mil hectares de floresta nativa, pertencentes à União.



Anvisa divulga novo ranking de contaminação de alimentos

O pimentão, o morango e o pepino lideram o ranking dos alimentos com o maior número de amostras contaminadas por agrotóxico, em 2010. O resultado do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi divulgado em 7 de dezembro. Mais de 90% das amostras de pimentão analisadas apresentaram problemas.

No caso do morango e do pepino, o percentual de amostras irregulares foi de 63% e 58%, respectivamente. Os dois problemas detectados na análise das amostras foram: teores de resíduos de agrotóxicos acima do permitido e o uso de agrotóxicos não autorizados para estas culturas. A alface e a cenoura também apresentaram elevados índices de contaminação por agrotóxicos. Em 55% das amostras de alface foram encontradas irregularidades. Já na cenoura, o índice foi de 50%.

Na beterraba, no abacaxi, na couve e no mamão foram verificadas irregularidades em cerca de 30% das amostras. “São dados preocupantes, se considerarmos que a ingestão cotidiana desses agrotóxicos pode contribuir para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a desregulação endócrina e o câncer”, afirma o diretor da Anvisa, Agenor Álvares.

Por outro lado, a batata obteve resultados satisfatórios em 100% das amostras. Em 2002, primeiro ano do programa, 22,2% das batatas coletadas apresentavam irregularidades.

No balanço geral, das 2.488 amostras coletadas pelo programa, 28% estavam insatisfatórias. Deste total, em 24, 3% dos casos, os problemas estavam relacionados à constatação de agrotóxicos não autorizados para a cultura analisada. Já em 1,7% das amostras foram encontrados resíduos de agrotóxicos em níveis acima dos autorizados.

Em 2010, o programa monitorou o resíduo de agrotóxicos em 18 culturas: abacaxi, alface, arroz, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho e tomate. As amostras foram coletadas em 25 Estados do país e no Distrito Federal. Apenas São Paulo não participa do programa.

Cuidados

Para reduzir o consumo de agrotóxico em alimentos, o consumidor deve optar por produtos com origem identificada. Essa identificação aumenta o comprometimento dos produtores em relação à qualidade dos alimentos, com adoção de boas práticas agrícolas.

É importante, ainda, que a população escolha alimentos da época ou produzidos por métodos de produção integrada (que a princípio recebem carga menor de agrotóxicos). Alimentos orgânicos também são uma boa opção, pois não utilizam produtos químicos para serem produzidos.

Contaminação nas lavouras de fumo do PR e SC

Dr. Rosinha também denunciou em plenário a situação de agricultores familiares que se dedicam à cultura do fumo nas cidades paranaenses de São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Fernandes Pinheiro, Palmeira e Rio Azul, além de Bela Vista do Toldo e Irineópolis, em Santa Catarina.

Os agricultores denunciam o uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras de fumo da região, em especial do veneno Gamit, fabricado pela FMC Corporation. Técnicos de empresas fumageiras recebem tais venenos aos fumicultores, que são obrigados a utilizá-los em contrato.



Oligopólio planetário

O mercado mundial de agrotóxicos é dominado por seis empresas transnacionais. Juntas, as empresas Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dow e Dupont detêm 68% de um mercado que movimenta cerca de US\$ 48 bilhões por ano no mundo.

O Brasil representa hoje aproximadamente 16% do consumo de agrotóxicos no planeta. O crescimento do mercado brasileiro foi de 176% entre os anos de 2000 e 2008 —3,9 vezes acima da média mundial, que foi de 45,4% no mesmo período.

“As maiores empresas de agrotóxicos controlam o mercado de sementes, montam um pacote tecnológico e controlam a produção de alimentos no mundo”, afirma professor Victor Pelaez, professor do Departamento de Economia da UFPR. “O Brasil é hoje o maior mercado do mundo, com o maior ritmo de expansão.”

Culturas como soja, algodão, milho, arroz e cana-de-açúcar estão entre as culturas que mais consomem agrotóxicos.



Regulamentação define gasto em saúde, mas não resolve a falta de recursos

O Senado concluiu no último dia 7 de dezembro a votação do projeto que regulamenta a chamada Emenda 29. Promulgada em 2000, essa emenda constitucional trata dos recursos aplicados pelo poder público em saúde.

Entre os avanços da sua regulamentação está a definição do que pode e do que não pode ser considerado gasto na área. A definição impede a aplicação de recursos do SUS em outros setores, como saneamento, limpeza urbana ou pagamento de aposentadorias. Esse tipo de desvio vinha sendo uma prática comum em vários Estados, entre eles o Paraná.

Agora, as despesas contabilizadas como gastos em saúde devem estar diretamente relacionadas a atividades como a vigilância epidemiológica e sanitária, capacitação e pagamento do pessoal do SUS, produção e compra de medicamentos e construção de unidades de saúde, por exemplo.

Sem novos recursos

O texto final da regulamentação da Emenda 29, porém, não enfrenta a questão do subfinanciamento histórico que atinge o setor. O Brasil precisaria no mínimo dobrar o

valor gasto com saúde pública para ao menos se aproximar dos percentuais aplicados por países desenvolvidos.

O projeto aprovado mantém a obrigação de o governo federal gastar em saúde o mesmo que aplicou no ano anterior, mais o percentual de variação nominal do PIB. Estados e municípios devem aplicar 12% e 15% das suas receitas, respectivamente.

Sem a CPMF –extinta em dezembro de 2007 por irresponsabilidade do Senado, que neste período retirou do SUS mais de R\$ 150 bilhões–, o governo federal alegou que não teria como aceitar um percentual de 10% de gastos da União em saúde.

Para o nosso mandato, é urgente encontrar novas fontes de receita para a saúde. O país vive um momento de transição patológica, em que diminui a ocorrência de doenças infecciosas e crescem as degenerativas, o que aumenta as despesas do sistema público.

Algumas possibilidades para aumentar a verba do SUS: cobrar dividendos das empresas de sociedade anônima, instituir o imposto sobre as grandes fortunas e taxar as heranças milionárias.

Quem realmente pagava CPMF?

Principalmente os mais ricos. Dos R\$ 40 bilhões arrecadados por ano, 72% eram pagos por empresas, conforme cálculos do Ministério da Fazenda. Os 50% mais pobres respondiam por apenas 2% da arrecadação da CPMF. Na prática, desde a extinção do tributo, nem indústria nem comércio repassaram um centavo sequer aos consumidores. Ou seja, o Brasil perdeu recursos da saúde. E os grandes empresários embolsaram esse dinheiro.

Como era a proposta da CSS?

A proposta da Contribuição Social da Saúde, além de ser exclusiva para a saúde, previa uma faixa de isenção de R\$ 3,5 mil, o que excluiria a maioria dos brasileiros da cobrança. Além de distribuir renda, facilitaria o combate à sonegação e à lavagem de dinheiro. Um correntista que movimentasse R\$ 5 mil por mês, por exemplo, pagaria apenas R\$ 4,50 –o equivalente à alíquota de 0,3% sobre os R\$ 1.500 que excedessem a faixa de isenção. Ninguém ficaria pobre por isso, e o SUS ganharia cerca de R\$ 12 bilhões por ano.



Pacientes do SUS aguardam atendimento médico em hospital do DF



Novas ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)

Duas décadas depois, decreto regula a Lei Orgânica da Saúde

A presidenta Dilma Rousseff assinou em junho de 2011 o decreto de número 7.508, que regulamenta a lei 8.080, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, em vigor desde 1990.

O decreto trata da organização do Sistema Único de Saúde (SUS), do planejamento da saúde, da assistência à saúde e da articulação interfederativa. Com o dispositivo, as regras para garantir o acesso à saúde ganham mais detalhamento e clareza.

”O decreto recoloca o SUS nos trilhos da Constituição Federal e da Lei 8080/90,

com perseguição do alcance de metas, verificação de resultados qualitativos e cumprimento de verdadeiros e reais planos de saúde dos entes da Federação”, afirma Lenir Santos, advogada sanitária que trabalhou na redação da proposta.

Entre as principais novidades está a instituição do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde, acordo entre os entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde, com definição de responsabilidades, indicadores

e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução.

O texto também trata das Comissões Intergestores, colegiados interfederativos que têm suas funções explicitadas e aprofundadas.

A oficialização da atenção primária como porta de entrada do SUS, a criação da ferramenta Mapa da Saúde –uma descrição geográfica da distribuição de profissionais, ações e serviços do SUS –foram outros avanços.

Projeto prevê punições para a má gestão da saúde

O projeto de lei de número 21/2007, que trata da responsabilidade sanitária dos agentes públicos, é considerada a proposta prioritária do nosso mandato atualmente em tramitação.

O objetivo é definir as responsabilidades administrativas dos agentes públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelecer penalidades para os casos de descumprimento da legislação.

Aprovado por unanimidade em 2008 pelas comissões de Seguridade Social e do Trabalho, o projeto está agora na Comissão de Finanças. O deputado Rogério Carvalho (PT-SE) é o relator.

Um grupo formado por deputados e senadores, entre eles o ex-ministro Humberto Costa, trabalha para

aperfeiçoar o projeto, em conjunto com lideranças nacionais ligadas ao SUS.

O projeto define infrações e prevê punições para os agentes públicos que deixarem de observar requisitos mínimos previstos pela legislação, entre eles o gasto mínimo em saúde.

“Os controles devem ser descentralizados e a punição deve alcançar o agente público faltoso, sem onerar os cofres públicos, sob pena de se punir a população em vez do infrator”, diz a justificativa do projeto. “Ao agente público cabe assumir as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupa.”

Sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria fortalece o controle social e amplia a transparência na aplicação dos recursos do SUS.

Planos e metas

O texto prevê a elaboração de planos municipais, estaduais e nacionais de saúde, com indicação precisa de metas anuais a serem alcançadas e dos recursos financeiros envolvidos.

As metas tratariam, por exemplo, dos indicadores de mortalidade, de filas de espera, do fornecimento de medicamentos e da capacitação de pessoal, entre outros itens. Entre as penalidades estariam advertência, multa e proibição de contratar ou conveniar com o SUS.

É consenso que existe uma lacuna jurídica na fiscalização dos gastos em saúde no país. Não existe, hoje, uma norma específica que fiscalize os gestores públicos da área.

NOVOS MANICÔMIOS?

Contra a privatização da saúde mental via ‘comunidades terapêuticas’

A 14ª Conferência Nacional de Saúde, encerrada no último dia 4 de dezembro em Brasília, rejeitou o financiamento das chamadas “comunidades terapêuticas” pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Apoiador do movimento de reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial, o nosso mandato concorda integralmente com a decisão.

A recuperação das pessoas que sofrem transtorno mental ou são dependentes químicos deve se dar de forma integrada ao local onde elas vivem, através de centros de atenção psicossocial, de unidades de acolhimento transitório, de consultórios de rua, de leitos em hospital geral e equipes de saúde mental na atenção básica, e de forma articulada com as redes de urgência.

Não é através da segregação, da reedição dos manicômios, que se resolve a relação do usuário com a droga. O lobby pró-comunidades terapêuticas no SUS é movido por interesses de grupos privados e religiosos.

Há registros de desrespeito à orientação sexual nesses locais, entre outras denúncias. Relatório divulgado no fim de novembro pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia pede que o Ministério Público investigue denúncias de maus tratos e que o Ministério do Trabalho fiscalize a ocorrência de trabalho forçado. A comissão vistoriou 68 instituições de internação para usuários de drogas, em 24 Estados e no Distrito Federal.



Plenário da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em junho de 2010

Rede pública de saúde mental

Dr. Rosinha é o autor da lei estadual 11.189, de 1995, conhecida como a lei antimanicomial. Após doze anos de luta do movimento pela reforma psiquiátrica, também foi aprovada uma lei federal sobre o assunto, a de número 10.216, em 2001, do deputado Paulo Delgado (PT-MG). O problema: ambas as leis não estão sendo cumpridas pelo poder público, com raras exceções.

O investimento público deve ser dirigido à criação e ampliação da rede de serviços substitutivos. A privação de liberdade não resolve. Pelo contrário. Favorece constantes recaídas no decorrer do tratamento. No passado, desconstruir o manicômio implicou em desconstruir o lucrativo negócio em torno da loucura. Hoje, a insuficiência da rede substitutiva não pode servir de argumento para privatização do atendimento público via comunidades terapêuticas.

Plano para usuários do crack

O Ministério da Saúde está reforçando a rede de assistência aos usuários de crack e outras drogas no Paraná. Serão criados no estado 130 novos leitos e qualificados outros 42 em enfermarias especializadas em álcool e drogas, destinados a internações de curta duração, além de 29 novas unidades de acolhimento, 20 destinadas ao atendimento de adultos e nove para crianças e adolescentes.

As medidas integram o plano “Crack, É Possível Vencer”, lançado em dezembro. O plano envolve os ministérios da Saúde, Educação e Justiça, que investirão R\$ 4 bilhões até 2014 em prevenção e combate ao tráfico.

O Paraná ainda contará com a implantação de 17 novos Consultórios na Rua, formados por profissionais que fazem intervenções de saúde para população em situação de rua.

PT deveria ter candidatura própria em todas as cidades onde há 2º turno

As eleições municipais de outubro de 2012 serão um momento para fortalecermos ainda mais o PT, na defesa de que o poder local seja um espaço de transformação da qualidade de vida das pessoas, da participação cidadã.

Nosso mandato defende que o PT lance candidaturas próprias sempre que possível, em todas as cidades, em especial naquelas com mais de 200 mil eleitores. Precisamos, cada vez mais, de nitidez política. Não é fazendo alianças à direita, que descaracterizam o partido e desmotivam a nossa militância, que vamos obter as vitórias que desejamos.

Hoje, o Partido dos Trabalhadores governa, além do país, cinco Estados (Acre, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Sergipe) e mais de 500 municípios.

Em 2008, o PT foi o partido que mais elegeu prefeitos nas grandes cidades do país. Vencemos em 27 dos 97 maiores municípios.

“Nosso objetivo é ampliar fortemente a presença do PT e seus aliados no comando dos municípios brasileiros e nas Câmaras Municipais”, diz trecho da resolução aprovada pelo 4º Congresso do PT.

Curitiba

O PT sempre lançou candidatos nas eleições municipais da capital do Paraná. Não há motivo consistente para deixar de fazê-lo.

Uma candidatura própria petista nas eleições de Curitiba é imprescindível para:

1) mobilizar a militância em torno da construção de um projeto alternativo; 2) dar nitidez política a esse projeto, que se opõe frontalmente ao do grupo que há décadas

governa Curitiba; e 3) dar transparência à administração, com participação popular e valorização do serviço público. Não será repetindo os erros de 2010, quando deixamos de construir uma candidatura a governador, que iremos vencer em Curitiba.

O PT tem um papel do qual não pode abrir mão: o papel de oposição ao grupo político-econômico herdeiro de Jaime Lerner, que inventou o mito de cidade modelo. A candidatura própria do PT em Curitiba também impulsionará as campanhas nos demais municípios do Estado, em especial na Região Metropolitana, além de fortalecer as nossas candidaturas a vereador.

Por todos esses argumentos, o nome do companheiro Dr. Rosinha está à disposição para que seja o candidato de consenso à prefeitura da cidade em 2012.

MÍDIA

Democratizar a comunicação, uma prioridade

“A inexistência de uma Lei de Imprensa, a não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia, silenciam vozes, marginalizam multidões, enfim criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil.”

O trecho acima faz parte da resolução do 4º Congresso do PT, realizado em setembro de 2011. No documento, o PT deixa claro que a luta por um marco regulatório capaz de democratizar a mídia no país está entre as suas prioridades. “As reformas institucionais não estarão completas se não forem acompanhadas da mais profunda democratização da comunicação. Além de tudo isso, as mudanças tecnológicas e a convergência de mídias precisam ser acompanhadas de medidas que ampliem o acesso, quebrem monopólios e garantam efetiva pluralidade de conteúdos.”

O governo Lula promoveu no final de 2009 a primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), um momento histórico de debate e formulação de políticas públicas na área.

No entanto, o governo Lula não chegou sequer a divulgar o anteprojeto de marco regulatório, que havia sido produzido sob a coordenação do ex-ministro Franklin Martins (Secretaria de Comunicação).

O atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, se comprometeu a produzir uma consulta pública. O governo Dilma precisa dar início a este processo, e com urgência. Nosso mandato espera que isso aconteça ainda no primeiro semestre de 2012.

Quem censura é a velha mídia

Mais de duas décadas depois de promulgada a Constituição, nenhum dos artigos que tratam da comunicação foi regulamentado.

Ao contrário do que pregam os donos mídia, quem promove a censura são justamente os oligopólios privados, que impedem outras vozes de se expressar.

Diversos países do mundo têm suas leis para regular a mídia. Estabelecer princípios e normas de programação, normatizar a publicidade, restringir a propriedade cruzada, garantir o direito de resposta, incentivar a produção regional e independente não constituem censura. Pelo contrário, são formas de garantir o direito humano à comunicação.

Censura na TV Educativa

Um episódio de censura foi acompanhado ao vivo no último mês de outubro, durante o lançamento do projeto de metrô, em Curitiba, pela presidenta Dilma Rousseff. Depois de transmitir na íntegra os discursos do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), e de Richa, a TV E-Paraná (RTVE) cortou a transmissão momentos antes do discurso de Dilma. No lugar, colocou no ar o sinal da TV Cultura de São Paulo, que exibia o programa infantil Cocoricó. Após a veiculação de várias críticas nas redes sociais, o canal retomou a transmissão, cerca de dez minutos depois. O caso ainda está sob investigação.

Proposta dos movimentos

Conheça e divulgue a Plataforma por um novo Marco Regulatório das Comunicações, iniciativa de um conjunto de entidades da sociedade civil. Construída a partir do acúmulo de mais de 25 anos de luta e baseada nas resoluções da 1ª Confecom, ela foi debatida em consulta pública e está disponível em www.comunicacaodemocratica.org.br.

Ampliar os gastos do Brasil em educação pública

O relatório do Plano Nacional de Educação, apresentado no começo de dezembro na comissão especial que analisa a matéria, sugere o aumento do investimento público em educação dos atuais cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 8% ao longo dos próximos dez anos.

O percentual está numa posição intermediária entre a proposta original do governo (7%) e a dos movimentos sociais (10%).

O projeto, que tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2010, estabelece 20 metas educacionais que os governos municipais, estaduais e federal deverão cumprir até o fim da década.

Conforme a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), o percentual de 8% do PIB é insuficiente, ainda mais pela inclusão de repasses do poder público à iniciativa privada, como as bolsas do Prouni e do Pronatec. A proposta da 1ª Conae (Conferência Nacional de Educação)

previa investimento exclusivo na educação pública.

Dr. Rosinha é membro da Comissão Especial que analisa e debate o projeto. O Congresso deve vir a aprová-lo apenas em 2012.

Nosso mandato reconhece os avanços obtidos na área da educação nos oito anos do Governo Lula. Ao mesmo tempo, não pode deixar de observar o quanto ainda precisa ser feito pela escola pública no Brasil. Defendemos os 10% do PIB para a educação pública.

Por outro lado, a mesma CNTE reconhece que várias emendas da sociedade, muitas delas baseadas nas decisões da Conae, foram acatadas.

Entre elas, o estabelecimento de prazos intermediários para o cumprimento parcial das metas e a elevação de 85% para 90% da meta de matrículas de jovens de 15 a 17 anos de idade no ensino médio, garantindo que 95% dos alunos do ensino fundamental concluam essa etapa na idade correta. A proposta ainda precisa passar pelo Senado.

Blog CuritibaQuer.com - Debates e ideias para a cidade

O coletivo do mandato lançou o blog **CuritibaQuer.com**. É um espaço de discussão de políticas públicas para Curitiba, aberto a colaborações de pesquisadores, estudantes, movimentos sociais e outras pessoas interessadas nesse debate. Acesse, comente e publique você também o seu texto.

SALÁRIO

Comissão especial aprova piso dos agentes de saúde

A comissão especial destinada a analisar a criação de piso salarial nacional para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias aprovou em outubro o substitutivo do relator.

Pelo texto acolhido, a remuneração das categorias – para 40 horas semanais – será de R\$ 750 mensais, mesmo valor pago atualmente, até 1º de agosto de 2012, quando passará para R\$ 866. Com mecanismo de aumento real progressivo, o objetivo é chegar a dois salários mínimos em 2015.

A proposta agora será examinada pelo plenário. Já foram colhidas as assinaturas necessárias para garantir urgência à matéria.

Reajustes

Pelo projeto, em 1º de janeiro de cada ano, o valor do piso deverá ser corrigido com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Para assegurar aumento real, o substitutivo prevê ainda mecanismo de correção semelhante ao do salário mínimo. Deve-se utilizar como índice o crescimento do PIB do segundo ano imediatamente anterior ao reajuste, acrescido de 13,27%. Essa sistemática deverá ser aplicada de 1º de janeiro de 2013 a 1º de janeiro de 2015. A partir de 1º de janeiro de 2016, o aumento deverá corresponder ao aumento do PIB.

ATENÇÃO: mandato tem novo endereço e telefone em Curitiba

Desde novembro de 2011 o escritório do mandato do deputado federal Dr. Rosinha no Paraná mudou de endereço. Está localizado na **Rua Desembargador Ermelino de Leão, 484, 80410-230 Curitiba**. O número de telefone também foi alterado para **(41) 3232-7548**.

Juventude

Em 2011 houve congressos das entidades estudantis estaduais (UPE/Upes) e nacionais (UNE/Ubés), além do 2º Congresso Nacional da Juventude do PT e da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Nosso mandato contribuiu na organização da etapa estadual da conferência, que mobilizou mais de dez mil jovens no Paraná. Cerca de mil delegados eleitos participaram do debate final, em Maringá.

Defendemos a proposta de criação do Conselho Estadual das Juventudes, apresentada pelo deputado Professor Lemos (PT) na Assembleia Legislativa.

Afrodescendentes

A Organização das Nações Unidas proclamou 2011 como o “Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes”. Estima-se que cerca de 150 milhões de pessoas que se identificam como sendo de ascendência africana vivem na América Latina e no Caribe. Milhões vivem em outras partes do mundo, fora da África. Ao fazer tal declaração, a ONU reconhece as pessoas de ascendência africana como um setor específico da sociedade, para o qual é preciso estar atento, a fim de resguardar seus direitos.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

PT lança campanha nacional de filiação

O Partido dos Trabalhadores lançou em dezembro uma campanha nacional de filiação. Através do endereço **www.pt.org.br/mobilizebrasil**, é possível preencher uma ficha de pré-filiação. Na sequência, o diretório municipal mais próximo entrará em contato. O partido tem hoje cerca de 1,5 milhão de filiados e 60 mil dirigentes em todo o país.

Sem palavra, Beto Richa reedita a era Lerner

Na campanha eleitoral de 2010, o então candidato a governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), negou várias vezes que fosse promover novas privatizações.

Questionado especificamente sobre se faria uso de organizações sociais (OS) para terceirizar serviços públicos na área de saúde, Richa declarou inclusive que sequer sabia o que eram essas organizações.

“O senhor vai transferir a gestão dos hospitais a organizações sociais, a exemplo do que fez o Serra em São Paulo?”, pergunta um jornalista, durante entrevista promovida pelo UOL e pela Folha de S.Paulo, em setembro de 2010. “Eu não conheço essa modalidade”, responde Beto Richa, após negar que faria novas privatizações.

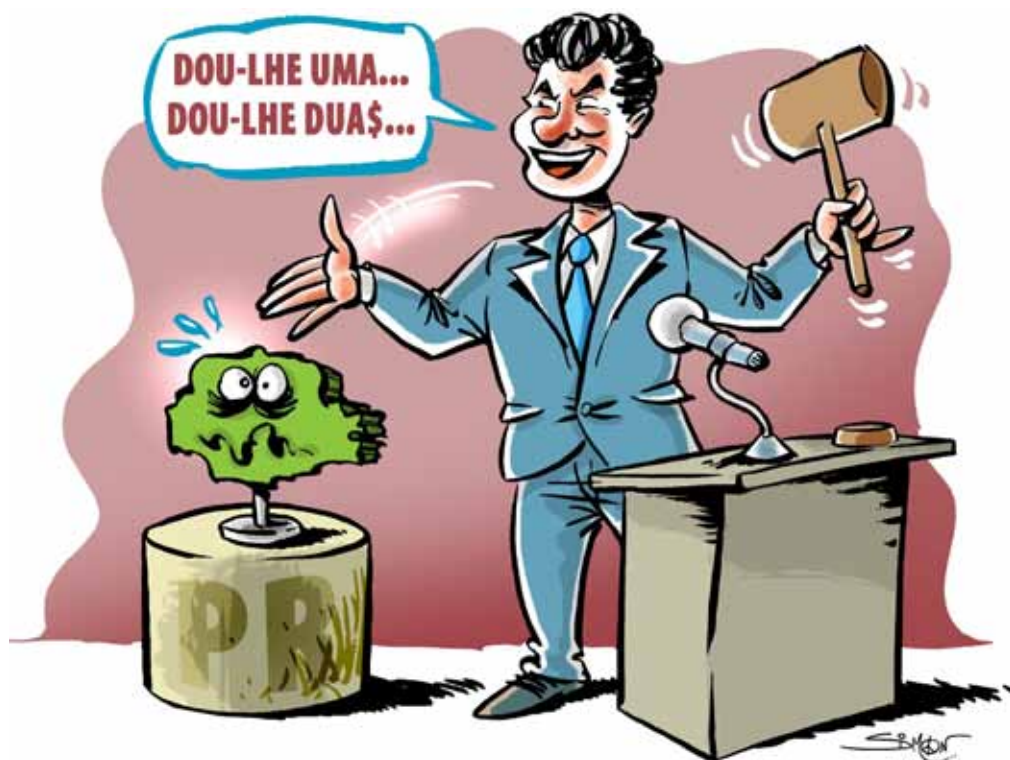
O episódio lembra outra falsa promessa, também gravada em vídeo e disponível no YouTube, a de que Richa cumpriria os quatro anos de mandato caso fosse reeleito prefeito de Curitiba, em 2008.

No final de seu primeiro ano de gestão como governador, como não cumpre a própria palavra, manda aprovar –em caráter de urgência e sem nenhuma audiência pública– um projeto que prevê a contratação de organizações sociais para executar serviços públicos em áreas como saúde, cultura, assistência social e esporte.

A única bancada que votou em bloco contra a terceirização foi a do PT. Aprovado por 39 votos a oito, o projeto tramitou em menos de duas semanas. Com as OS, não haverá concursos públicos, nem licitação. O Estado deixa de cumprir o seu papel e transfere sua responsabilidade para terceiros.

Truculência

Com se não bastasse, o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), ainda usou a Polícia Militar para impedir o acesso da população à Casa. Policiais à paisana bloquearam corredores de acesso, após a ocupação do plenário



pelos movimentos sociais. Parte da sessão foi realizada sem inclusive a cobertura da imprensa. A TV Sinal, que transmite ao vivo as sessões, também foi censurada.

Essa é a democracia do PSDB no Paraná, que lembra, e muito, a era Lerner, quando também houve uma ocupação da Assembleia e cordões policiais de isolamento.

O povo de todo o país precisa saber que o PSDB continua com a mesma política de privatizações e de terceirizações, jogando para o mercado a solução dos problemas que o Estado deve resolver.

A política do PSDB vai na contramão do que hoje se constrói no Brasil: uma nova forma de entender o papel do Estado, a criação de instrumentos de controle social sobre as políticas públicas através de conferências e do diálogo. Por que o tema não foi debatido na Conferência Estadual de Saúde, em outubro? O fato de não ter feito o debate na conferência mostra a má-fé do governo, ou então a conferência foi uma farsa.

O projeto foi debatido e votado às escondidas, ao apagar das luzes. A manifestação dos movimentos sociais foi tratada com truculência e arbitrariedade, o que se comprova com a demissão da militante petista Amanda Jaqueline Teixeira, a mando de Rossoni, que se imagina dono da Assembleia. Integrante da Marcha Mundial das Mulheres e do movimento estudantil, Amanda –lotada na Comissão do Mercosul, presidida por Professor Lemos– estava entre os manifestantes.

Questionamento no STF

A legalidade do uso de organizações sociais na saúde é motivo de questionamento no Supremo Tribunal Federal. Vários juristas e o Ministério Público já se posicionaram contra essa utilização.

O que está em debate é a inconstitucionalidade da lei federal 9.637, de 1998, que instituiu o modelo das OS no âmbito federal, durante o governo FHC.



Prof. Lemos, Tadeu Veneri e Dr. Rosinha, na ocupação da Assembleia pelos movimentos sociais



Denise Soares/AFIP

Supernepotismo, coisa de rico

“Nepotismo para mim é você arrumar um emprego público para um parente seu ter remuneração, para poder viver. Não é o caso da minha mulher que todos sabem que ela tem posses, tem um bom patrimônio, ela cuida da área social porque gosta.” Foi assim, numa entrevista veiculada em junho de 2011, que Beto Richa tentou justificar o fato de ter nomeado o irmão, José Richa Filho, e a esposa, Fernanda Richa, nas secretarias de Infraestrutura e da Família, respectivamente. Transformadas em “superpastas”, concentram R\$ 634 milhões de recursos por ano. Além disso, Richa ampliou o número de cargos comissionados e pede um empréstimo atrás do outro para financiar sua administração.

O filho dele, Marcelo Richa, foi nomeado secretário em Curitiba – um caso de nepotismo cruzado. Para Beto Richa, porém, nepotismo é coisa de pobre.



Desmonte da Celepar

Um dos possíveis alvos do projeto das OS é a Companhia de Informática do Paraná (Celepar). Beto Richa pode repetir o famigerado modelo de Curitiba, onde o ICI (Instituto Curitiba de Informática) é uma caixa-preta cujas contas não passam pela Câmara Municipal. A gestão Richa inclusive já está terceirizando o desenvolvimento de software na Celepar.

Novos pedágios

Após nove anos sem entregar rodovias para a iniciativa privada (a última foi em 2002, entre Lapa e Araucária), o governo do Paraná decidiu retomar o programa de concessão de estradas. Os trechos da PR-323 e da BR-272, entre Maringá e Guaira, passarão para uma concessionária no ano que vem. É a gestão Beto Richa cada vez mais com cara de Lerner.

Tarifaço de até 271% no Detran

O tarifaço de Beto Richa começa a valer nas taxas do Detran a partir de janeiro de 2012. Os reajustes das taxas pagas pelos motoristas chegam a 271%. Beto Richa quer transformar o órgão em um agente arrecadador. Com o rolo compressor, o projeto foi aprovado em pouco mais de uma semana. A bancada de oposição na Assembleia questiona o tarifaço no Tribunal de Justiça, com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Aviões: Um para Beto, outro para Rossoni

A Copel suspendeu no começo de dezembro a licitação para a compra de uma aeronave executiva, um bimotor turbohélice, ao preço máximo de R\$ 15,9 milhões. A Copel cederia o avião para uso de Beto Richa.

Já o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, quer fretar um avião para servir aos deputados da Mesa Executiva.

O valor previsto é até 57 % maior do que o valor cobrado por empresas de

táxi aéreo que operam em Curitiba: R\$ 7.250 por hora de voo em uma aeronave que comporte até 7 pessoas.

Com o valor de uma hora voo, o presidente da Assembleia poderia comprar uma passagem para um voo de ida e volta para Paris, com a TAM, e lhe sobriaria dinheiro para visitar ainda a capital chilena Santiago, sem ultrapassar o valor limite para uma hora voada na licitação.

A Privataria Tucana

Sob um revelador silêncio da velha mídia, o jornalista Amaury Ribeiro Jr lançou em dezembro o livro “A Privataria Tucana”. Com 343 páginas, a obra trata do “maior assalto ao patrimônio público brasileiro” e denuncia, com riqueza de detalhes e farta documentação, as falcatruas cometidas nos processos de privatizações de empresas públicas durante o governo FHC, inclusive com o enriquecimento de tucanos de alta plumagem, entre eles familiares de José Serra. Os primeiros exemplares se esgotaram em 48 horas.



Denúncias de Dr. Rosinha e Josete são peça-chave contra Derosso



Os mandatos de Dr. Rosinha e da vereadora Professora Josete (PT) tiveram um papel fundamental na apuração do escândalo que envolve João Cláudio Derosso (PSDB) e sua saída do cargo de presidente da Câmara Municipal.

Quatro meses depois das primeiras denúncias, Derosso pediu, em novembro, um afastamento por 90 dias do cargo que ocupava desde 1997, havia oito mandatos.

A saída foi solicitada por ele dias depois de o Ministério Público ter ingressado com uma ação civil pública —a primeira de uma série que devem ser protocoladas na sequência.

O MP foi acionado por Dr. Rosinha no dia 18 de julho. Rosinha também teve agendas com a promotora que coordena as investigações do escândalo, Danielle



Derosso, ao lado de sua esposa: contrato milionário

Thomé, e com o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Fernando Guimarães.

Nessa primeira ação, o MP pede a devolução de quase R\$ 6 milhões pagos à empresa Oficina da Notícia, de propriedade da esposa de Derosso e ex-servidora comissionada da Câmara. A sede da empresa funciona num imóvel do próprio vereador tucano. O julgamento dessa ação pode implicar na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos de João Cláudio Derosso.

Mais de 62,6 milhões de reais

Conforme cálculos do nosso mandato, Derosso fez a Câmara de Curitiba gastar mais de R\$ 62,6 milhões em propaganda ao longo da última década. Além de estar sem atualização, esse valor ainda é parcial. Não estão computados os gastos de 1998, 2001 e parte de 2002.

Apenas entre 2006 e 2010, foram gastos R\$ 19,8 milhões, distribuídos entre 302 jornais, rádios, sites e emissoras de TV. Alguns dos veículos são ligados aos próprios vereadores, entre eles Derosso.

Jornal fantasma

No mesmo período de cinco anos, outros R\$ 14 milhões foram gastos com a suposta

impressão do jornal “Câmara em Ação”, através da empresa Visão Publicidade.

Rosinha e Josete apresentaram uma série de indícios que apontam que o jornal sequer era de fato impresso. “Ou o jornal simplesmente não era impresso ou, no mínimo, a tiragem oficial, que consta dos pagamentos milionários feitos à empresa Visão Publicidade, está muito, mas muito superfaturada”, afirma Rosinha.

Nem mesmo os próprios vereadores jamais viram um único exemplar sequer desse jornal impresso. A biblioteca do Legislativo não conta com nenhuma edição em seu arquivo. Em uma das edições do “Câmara em Ação”, publicada em janeiro de 2005, a atual esposa de Derosso aparece como jornalista responsável.

Os exemplares supostamente impressos nesse período totalizariam quase 8,7 milhões de jornais —o equivalente a nada menos que cinco vezes o total de habitantes de Curitiba.

Durante a era Derosso, o gasto anual da Câmara de Curitiba triplicou. Passou de R\$ 33,4 milhões em 2001 para R\$ 87,7 milhões em 2010. O orçamento de 2011 previa R\$ 100,9 milhões.

Alguns dos fatos novos publicados pelo mandato

Cunhada de Derosso e nepotismo cruzado. Derosso nomeou a cunhada Renata Queiroz Gonçalves dos Santos para um cargo de confiança. Renata é irmã de Cláudia Queiroz Guedes, que também foi nomeada por Derosso no passado e hoje está na TV Educativa, nomeada por Beto Richa (PSDB). A sogra de Derosso, que também já teve cargo comissionado na Câmara Municipal, está nomeada num cargo de confiança do prefeito Luciano Ducci (PSB).

Promoção pessoal em ano eleitoral. A Câmara Municipal de Curitiba pagou R\$ 936 mil à empresa Visão Publicidade num intervalo de apenas nove dias, na semana imediatamente anterior ao início da campanha eleitoral de 2000, ano de eleições municipais. Em 1999, a Câmara Municipal de Curitiba havia

gasto R\$ 3,4 milhões em propaganda. No ano seguinte, gastaria outros R\$ 4,5 milhões —quase 10% do orçamento total do Legislativo.

Jornais ligados à família Derosso.

A Câmara e a Prefeitura de Curitiba têm feito pagamentos a pelo menos dois jornais de propriedade de uma empresa ligada a parentes de Derosso. Os dois jornais são “O Morador” e “Opinião Curitiba”. Ambos são editados pela empresa NCA Comunicação (Novo Conceito Assessoria), cujo site na internet está registrado em nome de Maria Helena Derosso, uma das irmãs do vereador tucano. Vários parentes de Derosso têm coluna fixa no “Opinião Curitiba”, inclusive o pai, João Derosso, ex-vereador.

Terceirização através do sobrinho.

A Câmara de Curitiba pagou R\$ 1,2 milhão à

empresa Parceria Serviços Patrimoniais Ltda, que tinha o sobrinho de Derosso como sócio. Empresa de terceirização de mão-de-obra, a Parceria foi a única concorrente em duas licitações realizadas em 2004, na modalidade carta-convite. Filho de Fátima Aparecida Derosso Chu, procuradora jurídica da Câmara de Curitiba, João Henrique permaneceu na sociedade até março de 2005, quando transferiu suas quotas para Regina Emília Daros, sócia de outra irmã do vereador tucano, a bibliotecária Maria Helena Derosso, também servidora da Câmara de Curitiba. Regina e Maria Helena são sócias de uma pousada em Barra do Turvo (SP). Um dos aditivos do primeiro contrato, que aumentava o valor e o prazo, foi assinado por Derosso em fevereiro de 2005, quando seu sobrinho era sócio da Parceria.

Saiba mais sobre o caso: www.drrosinha.com.br/foraderosso